

## Cultura e classe social na pós-modernidade: tensões e perspectivas

Aline Silveira de Assis\*

**Resumo** – O presente trabalho objetiva trazer algumas reflexões suscitadas no decorrer do curso de Mestrado em Serviço Social do PPG/FSS/UERJ, acerca do tema da cultura, objeto de estudo do presente curso. Entretanto, para este artigo, objetiva-se introduzir o tema através da discussão do conceito de classe social, conceito de suma importância, de modo a articular a cultura a um projeto transformador de sociedade. Neste sentido, é necessário, primeiramente, levar em consideração que tal identidade, outrora ligada ao vínculo com o mundo do trabalho, hoje aparece fragmentada. Assim sendo, faz-se necessário levantar algumas indagações sobre o conceito de classe que, na pós-modernidade, parece ter perdido centralidade, o que pode ser entendido como um desdobramento das transformações societárias em curso no atual momento histórico, as quais, desde a década de 1970, têm-se configurado como fruto das estratégias político-econômicas de superação da crise estrutural do capital, instaurada neste período. Devido à inserção tardia e subordinada do Brasil no sistema capitalista, tais efeitos têm aqui maior profundidade e gravidade. Como decorrência disto, o trabalho pretende chamar atenção para a importância de o Serviço Social enfrentar este debate criticamente, uma vez que o conflito Capital x Trabalho não deixou de ser central na sociedade e, assim, a profissão continua lidando cotidianamente com as expressões deste conflito.

**Palavras-chave** – Cultura. Identidade de classe. Pós-modernidade. Conflito Capital-Trabalho. Serviço Social.

**Resumen** – El presente trabajo pretende traer algunas reflexiones suscitadas en el curso de Maestría em Trabajo Social del PPG/FSS/UERJ, sobre el tema de la cultura, objeto de estudio del curso. Entretanto, para el artículo, tiene el objetivo de introducir el tema a través de la discusión del concepto de clase social, concepto muy importante, que articula la cultura a un proyecto transformador de sociedad. De esta manera, es necesario considerar que tal identidad, otrora ligada al mundo de trabajo, hoy está fragmentada. Así, es necesario hacer algunas indagaciones sobre el concepto de clase que, en la pós-modernidad, parece ter perdido centralidad, lo que puede ser entendido como un despliegue de las transformaciones sociales em curso en el actual momento histórico, las cuales, desde la década de 1970, se ha configurado como resultado de las estrategias económico-políticas de superación de la crisis estructural del capital instaurada en este período. Debido a la inserción tardia e subordinada de Brasil en el sistema capitalista, tales efectos tienen mayor profundidad e gravedad en el país. Consecuentemente, el trabajo pretende atender para la importancia del Trabajo Social enfrentar este debate criticamente, una vez que el conflicto Capital x Trabajo continua a ser central en la sociedad e, así, la profesión continua enfrentando en su práctica las expresiones de este conflicto.

---

\* Mestranda do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPG/FSS/UERJ) e Assistente de Pesquisa do Laboratório de Políticas Públicas (LPP/UERJ). E-mail: aline-silveira@ig.com.br.

**Palabras-clave** – Cultura. Identidad de clase. Posmodernidad. Conflicto capital-trabajo. Trabajo Social.

### **Introdução**

O presente artigo traz algumas reflexões suscitadas no decorrer do curso de Mestrado do PPG/FSS/UERJ, e tem como objeto de discussão o tema da cultura. Vale mencionar que o objeto de estudo do mencionado curso é uma análise da política cultural da atual gestão do governo federal no Brasil, o Programa Cultura Viva, o qual, através da ação dos Pontos de Cultura, trabalha com um conceito de cultura que não diz respeito apenas às expressões tradicionais denominadas genericamente como “belas-artes”, mas, sobretudo, aos “nossos jeitos de estar, de sentir, de pensar e de fazer”. Leva em conta a noção de cultura como “eixo construtor de nossa identidade, como espaço de realização da cidadania”, abarcando as dimensões simbólicas, de setor econômico produtivo e de espaço, para realização de um direito de cidadania.

Entretanto, para este artigo, objetiva-se introduzir o tema através da discussão do conceito de classe social, conceito de suma importância, de modo a articular a cultura a um projeto transformador de sociedade.

Como introdução ao debate, é importante analisar o contexto em que tal política é gestada. Para discutir-se cultura e identidade, é necessário, primeiramente, levar em consideração que tal identidade, outrora ligada ao vínculo com o mundo do trabalho, hoje aparece fragmentada. Assim sendo, faz-se necessário levantar algumas indagações sobre o conceito de classe que, na pós-modernidade, parece ter perdido centralidade, o que pode ser entendido como um desdobramento das transformações societárias em curso no atual momento histórico, as quais, desde a década de 1970, têm-se configurado como fruto das estratégias econômico-políticas de superação da crise estrutural do capital instaurada neste período. Devido à inserção tardia e subordinada do Brasil no sistema capitalista, tais efeitos têm aqui maior profundidade e gravidade.

Neste cenário, vem-se fortalecendo uma cultura pós-moderna que, ao lado da generalização de um modelo de acumulação flexível, coopera para legitimar o capitalismo em nossa sociedade, trazendo o agravamento da questão social, diluindo a perspectiva de classe,

impedindo a visualização das desigualdades sociais e dos atores sociais na cena política, destituindo o cenário do conflito e, conseqüentemente, afastando cada vez mais a perspectiva de transformação social.

Neste sentido, o trabalho pretende chamar atenção para a importância de o Serviço Social enfrentar este debate criticamente, uma vez que o conflito Capital x Trabalho não deixou de ser central na sociedade e, assim, a profissão continua lidando cotidianamente com as expressões deste conflito.

## 1 O conceito de classe na pós-modernidade

Assistimos hoje a profundas transformações na configuração da classe e de sua correlata, a luta de classes, de tal forma que alguns analistas chegam a afirmar a fragilidade de tais conceitos como referência. Tal perda de referência está associada àquelas análises que afirmam a perda da centralidade do trabalho, mas na verdade é fruto da tentativa de se dar respostas às transformações pelas quais vem passando a economia capitalista. Vale lembrar que tais transformações demandaram estratégias político-econômicas de superação da crise estrutural do capital, instaurada no período pós-1970, através do ideário neoliberal como projeto hegemônico de reestruturação e que se referenciam nos processos de “reestruturação produtiva” e “reforma do Estado”.

As metamorfoses do mundo do trabalho – que, ao lado da redefinição do papel do Estado, gera uma complexificação da questão social, campo de atuação do assistente social – impedem que se perceba a centralidade da classe e da luta de classes na sociedade contemporânea. Conseqüentemente, ocorre a fragilização da identidade, uma vez dissociada das classes, escondendo, assim, o conflito entre as classes antagônicas e gerando a particularização da identidade. A idéia de emancipação, por sua vez, diante da fragilização da identidade e da consciência de classe, dilui-se no interior da sociedade.

Por isso, também, que se observa que muitos dos movimentos sociais contemporâneos perdem o caráter de movimento da classe trabalhadora, passando a identificar-se a problemas sociais que abrangem cor, raça, sexo, religião, meio ambiente, direitos humanos, etc. O próprio

conceito de sociedade civil<sup>1</sup> metamorfoseia-se em Terceiro Setor e até mesmo os movimentos sociais passam a ser confundidos com Organizações Não-Governamentais (ONGs).

### 1.1 A emergência do conceito de classe

Conforme sabemos, o conceito de classe passou a ser central a partir das propostas de Marx e Engels, formuladas a partir de 1840, tornando-se referência do debate no interior das Ciências Sociais, mesmo quando divergindo do marxismo ou até em seu nome desenvolvendo teorias (os vários “ismos”) que muito se distanciam da matriz conceitual.<sup>2</sup> Tal conceito indica uma auto-representação consciente dos trabalhadores sobre sua situação social, interesses comuns e oposição de interesses em relação à(s) outra(s) classe(s); portanto, relaciona-se à expansão das propostas socialistas.

O ponto de partida da análise dos autores foi a constatação de que o proletariado constituía-se numa nova força política, a qual teria papel decisivo na luta pela emancipação. A consciência de seu lugar na sociedade seria, para eles, o ponto de partida para um projeto político de emancipação. A tomada de consciência pelo proletariado era um momento que ia além da sua pura e simples existência material (“classe em si”, tornando-se “classe para si”).

Em *O capital*, Marx analisa o capitalismo como um sistema baseado na separação entre trabalho e meios de produção, separação que fundamenta outra divisão, qual seja, aquela existente entre uma classe de capitalistas proprietários e uma classe desprovida dos meios de produção, detentora somente do uso da força de trabalho, a ser vendida no mercado. Neste sentido, o capitalismo é um sistema constituído por classes em conflito e não por um sistema composto de indivíduos livres para afirmar suas preferências e defender seus interesses. Neste sistema, a base da produção é a mais-valia, ou seja, o valor excedente obtido pelo tempo de trabalho suplementar não pago ao trabalhador.

---

<sup>1</sup> Com base nas reflexões de Antonio Gramsci, podemos afirmar que a sociedade civil é arena privilegiada da luta de classes, onde se dá uma intensa luta pela hegemonia – e não campo da filantropia e ação despolitizada – e, por isso, não é oposta ao Estado, mas articulada a ele. A respeito da teoria “restrita” do Estado e a ampliação da teoria do Estado no âmbito do marxismo, ver Coutinho (1985).

<sup>2</sup> Para obter um panorama do conceito de classe e luta de classes em Marx e na tradição marxista do século XX, ver Mattos (s.d.).

Vale mencionar que, em *O Capital*, Marx trabalhou de forma parecida com a que os economistas como Adam Smith e David Ricardo trabalhavam. Entretanto, o elemento diferenciador de sua obra foi o uso da dialética em sua análise macroeconômica do capitalismo, a partir de um ponto de vista de classe.

## 1.2 Os ardis da questão social na contemporaneidade

Sabe-se que há uma polêmica entre a existência de uma “nova questão social” (Castel, 1998; Rosanvallon, 1998) e uma “questão social renovada” (Iamamoto, 2001a; Neto, 2001; Yasbeck, 2001. In: *Temporalis*, n. 3, 2001). Entretanto, por questão social entende-se o “conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado” (Iamamoto, 2001b, p. 16). É conhecido que, historicamente, a questão social tem a ver com a emergência da classe operária e seu ingresso no cenário político, por meio das lutas desencadeadas em prol dos direitos atinentes ao trabalho, exigindo o seu reconhecimento como classe. No entanto, as bases de sua produção sofrem, na atualidade, uma profunda transformação com as inflexões verificadas no padrão de acumulação capitalista.

O aprofundamento das expressões da questão social ocorre no momento em que tal padrão de acumulação passa a funcionar sem garantir inclusão no mercado de trabalho e acesso à política social. Se, no Brasil, a cidadania era atrelada ao mundo do trabalho, a gravidade é ainda maior, pois o aumento do desemprego gera, conseqüentemente, maior exclusão da população com relação à política social e maior precarização de suas condições de vida. Aliás, conforme sinaliza Soares (2000), os custos sociais do ajuste neoliberal no Brasil foram muito mais graves que nos países capitalistas centrais e, ainda, colaboraram para aprofundar elementos perversos da formação social brasileira. A adaptabilidade do Brasil ao receituário neoliberal, bem como as graves conseqüências desta adaptabilidade, é resultado de sua inserção tardia e periférica neste sistema.

Desde a década de 1970, vêm-se afirmando mudanças no contexto da crise global contemporânea, que se abre a partir de então. Dentre as estratégias político-econômicas de superação da crise estrutural do capital, instaurada no período pós-1970, através do ideário

neoliberal, como projeto hegemônico de reestruturação, pode-se destacar o processo de reestruturação produtiva que, como nova forma de acumulação de capital, trouxe determinações com graves conseqüências para o mundo do trabalho. A revolução tecnológica, a automação, a robótica, ocorridas na década de 1980, inseriram-se nas relações de trabalho e de produção do capital, emergindo, assim, novos processos de trabalho.

Para Harvey (2005), ocorre a passagem de um padrão de acumulação marcado pela produção em série e de massa e pelo cronômetro (fordismo e taylorismo) para um novo padrão, a acumulação flexível, estando em confronto direto com a rigidez do fordismo e determinando a estruturação radical do mercado de trabalho. Tem como elementos constitutivos básicos produção conduzida pela demanda (*just in time* e *kan ban*) e sustentada na existência do estoque mínimo; processo de trabalho intensificado, destacando-se a existência de trabalhadores multifuncionais, polivalentes e em equipe; flexibilização da organização do trabalho; terceirização; subcontratação; Círculo de Controle de Qualidade (CCQ) e Controle de Qualidade Total, etc. Esse padrão de acumulação tem no toyotismo, ou modelo japonês, a sua forma mais acabada, cujo ponto mais marcante é a subsunção do ideário do trabalhador àquele veiculado pelo capital, de forma mais consensual, mais envolvente, mais participativa e mais manipulatória, promovendo o que Antunes (1995) chama de “sindicalismo de participação” no lugar do sindicalismo classista dos anos 1960/1970, o que permite uma aproximação do sindicalismo com o universo do ideário neoliberal e, conseqüentemente, sua desarticulação.

Na década de 1980, Offe (1989) já havia questionado a centralidade do trabalho na sociedade, centralidade presente nas pesquisas de Marx, Durkheim e Weber, apesar das divergências teóricas e metodológicas. Ele afirma que esse questionamento tinha fundamento no fato de que a tônica temática dos trabalhos nas Ciências Sociais, naquela época, mostrava indícios para a constatação de que o trabalho e a posição do trabalhador no processo produtivo não era tratado como o principal princípio organizador das estruturas sociais. Ele dizia que se adotava uma abordagem oposta, de que as experiências feitas no trabalho e o potencial de conflitos daí resultantes eram constituídos, fragmentados e diferenciados por interpretações próprias ou alheias, elaboradas fora do ambiente do trabalho. Neste sentido, o autor coloca a necessidade de referências teóricas que dêem conta desta realidade, apresentando como exemplo a “teoria da ação comunicativa” de Habermas, que constrói a estrutura e a dinâmica das sociedades modernas não como um antagonismo auto-enraizado na esfera da produção, ou seja,

uma substituição do mundo da produção pelo “mundo da vida” (do cotidiano, da linguagem, etc.).

A tese acima, que afirma a perda da centralidade do trabalho, se apóia, muitas vezes, exatamente, nesta mudança na composição da classe trabalhadora que gera o declínio do protagonismo do setor operário da classe trabalhadora – que historicamente representa esta classe – e a ascensão de movimentos cujo centro não é o local da produção. Como exemplo desta tendência, podemos citar os movimentos contra a globalização e antiimperialistas, cuja expressão mais visível é a realização dos Fóruns Mundiais Sociais. O que se deve ter em mente é que as metamorfoses do mundo do trabalho indicam uma mudança no perfil da classe e não o seu fim, uma vez que o conflito Capital X Trabalho continua a ser central em nossa sociedade.

Assim sendo, podemos afirmar que, sem perder sua centralidade na sociedade contemporânea, o que se pode verificar é uma “desproletarização do trabalho industrial”, conforme assinala Antunes (1995), ao mesmo tempo em que se efetiva uma expansão do trabalho assalariado em função da ampliação do assalariamento no setor de serviços. Paralelamente, verifica-se uma heterogeneização do trabalho, expressa na incorporação do contingente feminino no mundo operário, bem como uma “subproletarização” presente na expansão do trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado, terceirizado. Diante de tantas transformações, ocorreu uma mudança na composição da classe trabalhadora, processo contraditório que significou, em alguns casos, um crescimento considerável das exigências de qualificação do trabalhador e, em outros, um retorno às formas mais selvagens de exploração da mão-de-obra, como o trabalho análogo à escravidão. O resultado de tais metamorfoses é a expansão, sem precedentes, do desemprego estrutural. Marx já tinha previsto essa possibilidade no século XIX, tendo como fator impulsionador o avanço tecnológico. Entretanto, o trabalho continua a ser central, pois, mesmo informal, precário, etc., ele coopera para a acumulação, destituindo, assim, o capital da responsabilidade de assegurar os direitos relativos ao trabalho. Além disso, o capital opera, ideologicamente, uma aceitação e, até mesmo, cooperação por parte do trabalhador, difundindo noções como a do indivíduo enquanto “empreendedor”, “autônomo”, com o objetivo de retirar dele toda a proteção estatal.

Assim sendo, a desigualdade social, estrutural, em nossa sociedade, adquiriu contornos mais complexos, demonstrando como a acumulação de capital não pressupõe, não gera a igualdade, ao contrário, amplia a desigualdade. No contexto da globalização mundial, sob a égide

do capital financeiro, assistiu-se ao desenvolvimento das forças produtivas, da ciência e da tecnologia, da produção,<sup>3</sup> etc., paralelamente ao processo de crescente concentração de renda, de capital e de poder, gerando, assim, o agravamento das múltiplas expressões da questão social – produção crescente da miséria e da pauperização que atinge a maioria da população. Ao lado das transformações no mundo do trabalho, destacam-se as profundas mudanças na esfera do Estado, consubstanciados na Reforma do Estado. Assim sendo, em função da crise fiscal do Estado em um contexto recessivo, são reduzidas as possibilidades de financiamento das políticas sociais e é precarizada a prestação de serviços públicos, já que houve o enxugamento dos gastos governamentais com tais políticas, segundo parâmetros neoliberais. Por outro lado, a satanização do Estado (cf. Borón, 1995) e a exaltação do mercado abrem espaço para a iniciativa privada.

Ao lado das transformações oriundas das estratégias do capital para legitimar-se na sociedade, os quais agravaram as expressões da questão social, surge e se fortalece uma cultura que permite a pouca visibilidade da configuração da classe, abrindo espaço para novas identidades.

A ascensão de formas culturais pós-modernas acompanha a emergência de um modelo de acumulação flexível, vigente, em escala mundial, desde a década de 1970. No caso do Brasil, onde se vivenciou um fordismo inacabado, os efeitos deste modelo de acumulação flexível, bem como da pós-modernidade, são mais perversos e facilmente aprofundados, uma vez que aqui se configuraram como modelos vivenciados de forma tardia e periférica.

Neste sentido, pode-se afirmar, tendo como base a análise de Harvey (2005), que o predomínio do fordismo estabelece uma relação necessária com a vertente pós-moderna, ou seja, esta vertente pode ser entendida como instrumento de legitimação da nova forma de acumulação do capital. Embora, talvez, não possa ser considerada hegemônica esta vertente tem-se difundido com facilidade, através da generalização do abstracionismo e da efemeridade das relações e dos conceitos, da fragmentação das identidades, do predomínio da estética sobre a ética, etc.

---

<sup>3</sup> Desenvolvimento esse que, ao invés de gerar mais postos de trabalho, reduz a demanda por trabalho e amplia a população sobrando, ao instaurar novos padrões de produzir e gerir o trabalho. Vale salientar que esse movimento atinge não somente os países subdesenvolvidos, mas também aqueles considerados de Primeiro Mundo.



## 2 O Serviço Social frente aos desafios contemporâneos

As transformações societárias em curso que, segundo Netto (1996), resultam do esgotamento do padrão fordista-keynesiano de acumulação e do conseqüente surgimento da acumulação flexível<sup>4</sup> têm configurado um quadro de enorme complexidade, ocasionando o agravamento da questão social – como desemprego, queda do padrão de vida da população, etc., operando uma espécie de barbarismo social –, bem como o redimensionamento da prática do Serviço Social, uma vez que o mercado de trabalho passa por mudanças. Os avanços e acúmulos realizados no Serviço Social até a década de 1990 foram enormes, conforme veremos adiante, entretanto são ainda débeis, conforme sinaliza o autor, em face das novas realidades societárias e mesmo da própria extensão das práticas profissionais. O fenômeno da “refilantropização da questão social”, que é fruto da disseminação da cultura neoliberal do “Estado mínimo”, ocasiona a redução do espaço de inserção do Serviço Social no aparato estatal e tem levado, por exemplo, à inserção de profissionais nas chamadas ONGs que, além de ter implicações para o projeto ético-político profissional, sofrem também o impacto da reestruturação produtiva, proporcionando vínculos empregatícios frágeis aos profissionais.

Diante deste quadro, e entendendo que a pós-modernidade é uma nova face do conservadorismo – o qual, historicamente, permeia a profissão desde sua gênese -, o Serviço Social deve enfrentar os desafios impostos pela contemporaneidade de forma crítica e sem se afastar de seu grande projeto profissional, qual seja o de transformação da sociedade.

Conforme sabemos, o Serviço Social surgiu da iniciativa de grupos e frações de classes dominantes, que se expressavam através da Igreja, como um dos desdobramentos do movimento do apostolado leigo e, assim sendo, associações assistenciais e do militantismo católico constituíram as bases para a emergência da profissão no Brasil.<sup>5</sup> Na verdade, a emergência da profissão está inscrita em um movimento social mais amplo, que diz respeito à tentativa da Igreja de recuperar áreas de influência e privilégios perdidos, inclusive sua legitimação jurídica dentro do aparato do Estado. Além disso, as grandes mobilizações dos operários, nas duas primeiras

---

<sup>4</sup> Mais um vez é importante ressaltar que não podemos perder de vista a singularidade do Brasil no âmbito destas transformações societárias, no que diz respeito aos elementos que constituem sua formação social e à forma como o país de inseriu no sistema capitalista. Por isso mesmo, podemos dizer que o fordismo não se completou no país, de modo que seus efeitos foram muito mais perversos aqui. Esta é, aliás, uma característica do conjunto da América Latina.

<sup>5</sup> A esse respeito, ver Marilda Iamamoto e Raul de Carvalho (1982).

décadas do século XX, obrigaram o Estado, as frações dominantes e a Igreja a se posicionarem em face da questão social e, neste sentido, a Igreja sentiu-se impelida a compartilhar com o Estado a atuação diante desta questão social, na tarefa de recristianização da sociedade. Assim sendo, o Serviço Social incorporou, como conteúdo do projeto de ação profissional, os princípios do pensamento conservador e da filosofia aristotélico-tomista.

Quando do processo de profissionalização e legitimação da profissão, este ocorre estreitamente vinculado à expansão das grandes instituições socioassistenciais estatais, paraestatais e autárquicas, que surgiram especialmente na década de 1940 como, por exemplo, o Conselho Nacional de Serviço Social (1938), a Legião Brasileira de Assistência (1942), o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (1942) e o Serviço Social de Indústria (1946). As grandes instituições assistenciais e também previdenciárias emergiram como parte dos esforços reformadores do Estado para responder às pressões do proletariado urbano.

Deste modo, o Estado passou a intervir no enfrentamento da questão social, através da regulamentação da força de trabalho, bem como do estabelecimento e controle de uma política assistencial vinculada às organizações representativas dos trabalhadores. Esse processo tornou, então, o Serviço Social uma atividade institucionalizada pelo Estado, tornando-o uma categoria assalariada e, neste sentido, o Serviço Social deixa de ser um instrumento da caridade privada das classes dominantes para tornar-se um dos executores da política social do Estado. Entretanto, o Serviço Social manteve, com algumas adequações, as características básicas do conservadorismo que o acompanhavam desde sua origem.

A década de 1950, no Brasil, assistiu ao processo de industrialização pesada, acarretando mudanças importantes em todas as dimensões da vida em sociedade. Do ponto de vista do Serviço Social, dentre outras coisas, colocou a necessidade de uma intervenção que fosse além das práticas profissionais que os assistentes sociais desenvolviam historicamente, de modo que, no final da década de 1950, foram gestadas, mais tarde, as condições para a corrosão das bases do tradicionalismo na profissão.

Já na década de 1960, assistiu-se a uma ampliação do meio profissional e à constituição de correntes de pensamento que deram início ao questionamento do conteúdo conservador da profissão, o que estava estreitamente vinculado ao contexto sócio-histórico de intensa

efervescência política,<sup>6</sup> não apenas no Brasil e na América Latina, mas em âmbito mundial, não atingindo somente o Serviço Social, mas o conjunto das Ciências Sociais. Assim, em meados desta mesma década, deu-se início ao movimento de reconceituação na América Latina, dominado pela contestação ao tradicionalismo profissional,<sup>7</sup> independentemente de seus limites, representando um

movimento de denúncia – de autocrítica e de questionamento societários – que tinha como contraface um processo seletivo de busca da construção de um novo Serviço Social latino-americano, saturado de historicidade, que apostasse na criação de novas formas de sociabilidade a partir do próprio protagonismo dos sujeitos coletivos (Iamamoto, 2001b, p. 207).

Entretanto, o reflexo do movimento de reconceituação deu-se tardiamente no Brasil, no bojo da crise da ditadura. O golpe militar de 1964, que derrubou o governo João Goulart e instaurou a ditadura no país, inaugurou um ciclo de golpes na América Latina. Reprimiu e desmantelou os movimentos políticos, sindicais e populares, eliminando direitos já conquistados, assumindo definitivamente os interesses do capitalismo internacional, o que permitiu refluir às iniciativas de rompimento com o conservadorismo no interior da profissão. Diante do clima repressivo e autoritário, os assistentes sociais refugiaram-se, cada vez mais, em discussões que enfatizavam a metodologia profissional; buscavam a modernização do aparato instrumental nos marcos da “modernização conservadora” da ditadura e sendo funcional a ela, construindo a chamada “perspectiva modernizadora”. Esse foi o rumo tomado pela renovação do Serviço Social até meados da década de 1970.

Verificou-se uma mudança no discurso, nos métodos de ação e nos rumos da prática profissional, no sentido de obter um reforço de sua legitimidade junto às instâncias demandantes da profissão, em especial o Estado e as grandes empresas, adequando o Serviço Social à ideologia dos

---

<sup>6</sup> No Brasil, a renúncia de Jânio Quadros, em 1961, e a luta pela posse de João Goulart aceleraram o processo político, fazendo crescer a luta dos trabalhadores da cidade e do campo, que se organizaram através de sindicatos, das ligas camponesas, dos partidos, para a conquista das reformas de base. A luta contra a interferência norte-americana nos países da América Latina, fortificada pela Revolução Cubana, também em terras brasileiras ampliou-se e fortaleceu-se.

<sup>7</sup> Segundo Iamamoto (2001b, p. 205), nessa conjuntura, eram denunciados, entre outros aspectos, os objetivos profissionais voltados para a integração e adaptação social e o tipo de fundamentação teórica que os informava – o estrutural-funcionalismo e o neotomismo –; questionavam-se os vínculos confessionais da profissão; indagava-se sobre a significação do Serviço Social na sociedade; recusava-se o caráter paliativo, burocratizado e inespecífico da prática profissional e, fundamentalmente, o seu afastamento das questões sociais e históricas da América Latina.

governantes. Tais mudanças se traduzem em uma tecnificação pragmática do Serviço Social (Iamamoto, 2001b, p. 215).

Importa ressaltar que o traço conservador ganhou uma roupagem modernizante, o que criou condições para processar sua adaptação à autocracia burguesa, reforçando marcas históricas da profissão. Não obstante, contraditoriamente, foi exatamente esse processo que a incompatibilizou, posteriormente, com os segmentos profissionais críticos fortalecidos em decorrência da crise e ocaso da ditadura. A “perspectiva modernizadora” teve sua hegemonia posta em questão, no plano da idéias, a partir da segunda metade dos anos de 1970, juntamente com a crise da ditadura militar e de todos os instrumentos e instituições que foram funcionais a ela. Os limites desta perspectiva foram exaustivamente criticados pela “intenção de ruptura”.<sup>8</sup>

Enfim, a década de 1980 foi o período em que os assistentes sociais – já inseridos nos quadros universitários – emergiram na cena social no processo de transição democrática com um novo perfil profissional e acadêmico, a partir do qual se avançou da negação do tradicionalismo ao enfrentamento efetivo de seus dilemas e impasses teórico-práticos. Tal posição vinculava-se ao estreitamento dos vínculos políticos e teóricos entre o Serviço Social e os movimentos e lutas sociais das classes subalternas, em seu processo de constituição como sujeitos coletivos, pela conquista e aprofundamento da democratização da vida social. Neste sentido, o centro das preocupações do Serviço Social, ao repensar-se e rever sua prática, foi o enfrentamento, junto à sociedade, de questões como democracia, cidadania e direitos sociais.

Os rumos assumidos pelo amplo debate efetuado na década de 1980 apontaram para o desenvolvimento de um pensamento crítico, sobretudo no que toca aos fundamentos da produção e reprodução da questão social, o qual permitiria a construção de respostas da categoria em direção a uma defesa radical da democracia e, portanto, de um perfil profissional comprometido com os valores de liberdade, igualdade e justiça, constituidores da autoconstrução dos sujeitos individuais e coletivos. Isto significa dizer que,

No plano da prática sociopolítica, este compromisso vem se desdobrando na defesa de uma prática profissional envolvida com a construção de uma

---

<sup>8</sup> A “intenção de ruptura” é a terceira direção da renovação do Serviço Social no Brasil, apontada por José Paulo Netto, no livro *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64* (1991), a qual deu ênfase na ruptura com o tradicionalismo e secundarizou a perspectiva modernizadora no debate, avançando na crítica teórico-política e propondo repensar a profissão em outras bases. Deste modo, as proposições marxistas ganharam força, a partir de fins de 1970, predominando nos debates teórico-profissionais.

nova cidadania coletiva, capaz de abranger as dimensões econômicas, políticas e culturais da vida dos produtores de riqueza, do conjunto das classes subalternas (Iamamoto, 2001b, p. 185).

Embora a conjuntura atual seja completamente diversa e muito mais complexa, não se pode esquecer que o Serviço Social continua tendo como objeto de intervenção a questão social, pois, como mencionado anteriormente, o conflito Capital x Trabalho continua a ser central na sociedade, sendo exatamente sobre as expressões deste conflito que o Serviço Social é chamado a atuar.

Como vimos nas discussões acima, o Serviço Social tem historicamente grande influência do conservadorismo. No contexto da redemocratização, e a partir de então, sua atuação junto às classes populares permitiu delinear um projeto profissional de acordo com seus interesses e em direção a uma sociedade democrática. Entretanto, se a categoria não possuir uma lente teórica capaz de identificar as armadilhas impostas pelo capital para legitimar-se na sociedade, facilmente o conservadorismo, sob novas roupagens, penetrará no interior da profissão.

### **Considerações finais**

O trabalho pretendeu, nos limites deste espaço, introduzir a discussão sobre a classe social na pós-modernidade, questão de suma importância para o Serviço Social, pois permite identificar os atores presentes na cena contemporânea e suas verdadeiras funções na sociedade, bem como as possibilidades de reversão deste quadro. Vale mencionar a grande importância desta discussão introdutória, pois, para se pensar qualquer política pública, é necessário antes pensar sobre as características históricas e em que contexto esta política está sendo gestada, a fim de detectar seus acertos e seus desafios.

Além disso, é importante para a profissão (que lida cotidianamente com as múltiplas seqüelas da questão social, expressões do conflito entre Capital e Trabalho) a compreensão da realidade social, de modo que sua atuação afirme constantemente seu compromisso com as classes subalternas.

Isso não significa adotar uma postura muitas vezes messiânica de que o Serviço Social, por si só, fará a revolução no cotidiano da atuação profissional, muitas vezes fragmentado. Na

verdade, não podemos esquecer que seu surgimento está relacionado ao aprofundamento no capitalismo e suas conseqüências, e sua atuação está inscrita nas contradições das relações sociais capitalistas, tendo como fundamento de sua atuação a política social, o que seria impossível sem a mediação do Estado. Entretanto, dentro de um projeto mais amplo de sociedade, a profissão pode adotar uma prática distanciada do conservadorismo e, por conseguinte, mais próxima das classes historicamente oprimidas por essas relações desiguais.

O que se quer salientar é a necessidade de manter uma perspectiva crítica da realidade social, cujo sentido, como bem lembra Marilda Iamamoto, é “tirar as fantasias que encobrem os grilhões para que se possam livrar deles, libertando os elos que aprisionam o pleno desenvolvimento dos indivíduos sociais” (2001, p. 19). Isso significa, portanto, entender que, ao contrário de algumas teorias, o trabalho continua a ser central na sociedade; que a classe e a luta de classes continuam a ser referências de análise; que o conflito Capital x Trabalho nunca esteve tão forte na sociedade e que, enfim, a cultura pós-moderna pode ser um instrumento ideológico do capital para legitimar as novas formas de acumulação, para obscurecer tal conflito, e para diluir toda e qualquer perspectiva de transformação social.

## Referências

- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao Trabalho?* São Paulo: Cortez, 1995.
- BORÓN, Atilio. A sociedade civil após o dilúvio neoliberal. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social. Uma crônica do salário*. Trad.: Iraci D. Poleti. Petrópolis: Vozes, 1998.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *A dualidade de poderes. Introdução à teoria marxista de Estado e Revolução*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. 14. ed. São Paulo: Loyola, 2005.
- IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. *Serviço Social e relações sociais no Brasil*. São Paulo: Cortez/Celats, 1982.
- . A questão social no capitalismo. In: *Temporalis – Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS)*, ano 3, n. 3, p. 9-32, jan./jun. 2001a.
- . *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001b.
- MATTOS, Marcelo Badaró. *Classes Sociais e Luta de Classes*. s.d. (mimeo).

NETTO, José Paulo. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez, 1991.

———. Transformações societárias e Serviço Social. *Serviço Social e Sociedade*, n. 50, p. 87-132, abr. 1996.

———. Cinco notas a propósito da questão social. In: *Temporalis – Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS)*, ano 3, n. 3, p. 33-41, jan./jun. 2001.

OFFE, Clauss. *Trabalho e sociedade. Problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho*. Tradução Gustavo Bayer. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

ROSANVALLON, Pierre. *A nova questão social*. Lisboa: Editorial Inquérito, 1998.

SOARES, Laura Tavares Ribeiro. *Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina*. São Paulo: Cortez, 2000.

YASBECK, Maria Carmelita. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. In: *Temporalis – Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS)*, ano 3, n. 3, p. 33-41, jan./jun. 2001.